



Editorial

Terezinha Oliveira, Maria Terezinha Bellanda Galluch e Solange Franci Raimundo Yaegashi.

Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.

A Revista *Acta Scientiarum. Education*, como periódico científico, caracteriza-se como veículo de conservação, produção e disseminação científica. Para cumprir seu papel social e ampliar sua relevância, a Revista prima pelo seu contínuo aprimoramento. Nesse sentido, ao tornar público o primeiro lote de artigos do volume 47 de 2025, comunica que adotou novos procedimentos em relação à sua política editorial.

A primeira alteração tem relação com os princípios éticos e o livre e gratuito acesso [open access] a toda e qualquer publicação da Revista. Trata-se da adoção de transparência e visibilidade no processo de avaliação e editoração das submissões. A partir do lote 1, de 2025, o nome do editor de cada artigo publicado passa a ser informado ao final do texto. Aos autores, por sua vez, se autorizados pelos avaliadores, poderão ser disponibilizados o nome e o contato dos pareceristas da sua submissão. Embora desde a sua criação, em 2010, *Acta Scientiarum. Education* adote o sistema de avaliação duplo cego e todo autor/artigo recebe, na íntegra, os pareceres dos avaliadores, não era indicado o editor e não se abria a possibilidade de diálogo entre autor e avaliador. A partir de 2025 essa comunicação passa a ser possível, mediante a anuência das duas partes.

A segunda mudança refere-se à explicitação de políticas para estimular a divulgação de pesquisas afirmativas quanto às minorias sociais como comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, comunidades indígenas, comunidades LGBTI+, minorias étnicas e pessoas com deficiências. Nesse sentido, a política editorial da Revista *Acta Scientiarum Education* adere aos princípios da Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA) na produção e na publicação científica nacional e internacional, procurando fomentá-los por meio de chamadas temáticas que debatam temas relacionados a esses princípios, bem como às desigualdades em diversos níveis, a fim de mitigar seus efeitos e contribuir para a sua superação.

No século XXI, as desigualdades econômicas, sociais e culturais e a diversidade entre os povos são profundamente visíveis. Logo, torna-se premente a adoção de políticas no âmbito da produção, divulgação e disseminação científica que busquem soluções para problemas da desigualdade e do respeito às diferenças entre os indivíduos. Nesse sentido, a Revista precisa, também, atuar nessa perspectiva, por meio de chamadas temáticas e de artigos no fluxo contínuo que abranjam esses temas.

Para além da DEIA, a revista busca alcançar o Impacto, Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (IDEIA). No ano de 2023, foi produzido o documento de Ciência Aberta com IDEIA Impacto, Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade pela Rede SciELO que apresenta o desenvolvimento do conhecimento científico, compreendendo que a sua evolução colabora com a sociedade e com as políticas públicas educacionais.

Em sintonia com as tendências mundiais e com o movimento empreendido pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil), a editoria da Revista assume o compromisso com as Diretrizes sobre Equidade de Sexo e Gênero na Pesquisa (Sex and Gender Equity in Research – SAGER), bem como atende às diretrizes da Coalizão pela Diversidade e Inclusão nas Comunicações Escolares (C4DISC), que objetiva o trabalho com organizações ou indivíduos para a construção de equidade, inclusão, diversidade e acessibilidade nas comunicações acadêmicas. Em defesa da pluralidade e da diversidade do fazer científico, a Revista encoraja seus autores e avaliadores a adotarem essas diretrizes. A Revista também mantém o banco de avaliadores atualizado, de modo a assegurar que as submissões relacionadas a esses temas sejam avaliadas por pesquisadores especializados na área.

Com esses procedimentos, prima-se pelo cumprimento dos princípios éticos na produção científica e pelo combate e superação de preconceito de qualquer natureza no âmbito da Ciência, buscando a inovação sem renunciar aos critérios de excelência acadêmica.

Outra medida assumida pela Revista como política de boas práticas editoriais refere-se ao uso da Inteligência Artificial [IA] na produção de pesquisas científicas. Considera-se relevante o desenvolvimento da IA e o seu uso para muitas áreas científicas, como a da saúde, por exemplo, quer seja na sua prática, quer seja nas pesquisas. Entende-se que a IA se constitui ferramenta basilar no processamento de dados em todos os campos, inclusive nas Ciências Humanas, sendo um exemplo o seu uso em traduções científicas, tendo em vista sua rapidez e objetividade. No entanto, isso não significa que possam ser dispensados os tradutores, pois a percepção das variáveis linguísticas e das diferentes culturas são atividades da mente humana. Um exemplo do que pode representar um ‘problema’ no uso de um tradutor IA é a diversidade e diferença de palavras entre o português de Portugal, o português do Brasil e o falado em Angola. Ainda que a língua seja a mesma, a herança cultural, histórica e dissemelhança existentes em termos político-econômico resulta em profundas variáveis de linguagem e signos. Logo, o cientista não pode confiar, cegamente, na IA para essa atividade e, tampouco, dispensar a capacidade humana do tradutor em as perceber.

Assim, o uso da IA exige dos Institutos de Pesquisas, das Agências de Fomento, das Universidades, dos cientistas e editores científicos, muita cautela quanto ao seu uso de forma ética. A ciência é feita por pessoas, e é a capacidade intelectual e cognitiva do SER pessoa que produz uma nova descoberta, gera inovação. A IA é muito importante e útil, mas não se pode esquecer do fato de que essa ferramenta se alimenta e apresenta resultados a partir de dados existentes e compilados pelo ser humano. Aceitar a ideia de que a IA pode ser usada de modo irrestrito no fazer científico é estagnar a vida humana e do planeta, pois não será produzida mais inovação, não se terá mais as objeções provenientes da dúvida produzida pela mente humana, essencial para a quebra de paradigmas científicos. Na verdade, é rechaçar a ideia de que é a pessoa, por meio de sua potência intelectual, o ser capaz de agir, realizar e interceder nas ciências e em todas as ações mentais e matérias de uma dada sociedade.

Portanto, a IA pode ser um excelente auxiliar das Ciências como recurso técnico, tecnológico, metodológico, dentre outros, mas não pode ser um indutor e realizador de inovação científica e tecnológica. Se, como cientistas e editores de periódicos, define-se o uso da IA como verdade consagrada, renuncia-se a três máximas produzidas ao longo do tempo. A primeira é a máxima de Aristóteles que, na *Ética a Nicômaco*, no livro segundo, afirma que o conhecimento humano ocorre por meio da condição intelectual que é apreendida pela instrução e pela moral. A segunda está em Tomás de Aquino, que na *Unidade do Intelecto* contra os averroístas ou mesmo na *Suma de Teologia* diz que a essência do homem está no seu modo intelectual de pensar, ou seja, que ‘é próprio do homem o pensar’. Já a terceira máxima é a defendida por Descartes, n’O discurso do método, qual seja: ‘penso, logo existo’. O pensar é a expressão da pessoa; conceder esse pensar à uma tecnologia é refutar a si mesmo.

Exatamente por entender o processo de produção científica elaborado nos artigos como espelho da inteligência humana é que a Revista *Acta Scientiarum. Education* estabeleceu as políticas para o uso da IA como uma das renovações da sua política editorial.

Uma vez apresentadas as alterações realizadas pela Revista, relata-se uma síntese dos dez artigos publicados no primeiro conjunto do volume 47 de 2025.

O primeiro texto, ‘Dificuldades enfrentadas por docentes da educação superior brasileira com o ensino remoto emergencial em tempos de pandemia: estado do conhecimento’, de autoria de Natalia Neves Maedo Deimlig e Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali traz reflexões, a partir de artigos científicos publicados entre 2020 e 2021, trata do impacto da educação na modalidade ERE, em virtude da COVI-19. O segundo texto, sob o título ‘A formulação das políticas públicas para a educação inclusiva nos países periféricos sob a égide dos organismos internacionais’, de autoria de Eliomar Araújo de Sousa, Ruth Maria de Paula Gonçalves, Daniele Kelly Lima de Oliveira e Juliana Silva Santana, apresenta um estudo sobre as influências de organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial, nas políticas educacionais brasileiras e evidencia que, apesar das inúmeras leis que subsidiam a prática de uma educação inclusiva, ela não ocorre, de modo universal, no país. O terceiro artigo, ‘Caracterização da inserção de docentes na educação profissional, científica e tecnológica: uma análise da literatura’, de autoria de Talles Viana Demos e Fábio Peres Gonçalves, analisa a inserção e atuação de docentes na educação profissional, tendo como fontes para a investigação importantes bases de indexação de periódicos científicos. A quarta pesquisa, ‘Educação de Jovens e Adultos: indicadores do uso das metodologias ativas na aprendizagem por meio de pesquisas’, de Juliane Retko Urban e Antonio Carlos Frasson, aborda a educação na modalidade EJA e traz como problema de investigação a viabilidade do uso de metodologias ativas nessa modalidade de formação escolar. O quinto

estudo, 'Práticas de educação inclusiva em tempos de pandemia pela COVID-19: estratégias sob o olhar da gestão educacional', de Andréa Souza Teixeira Gonçalves e Helena Venites Sardagna, caracteriza-se como uma reflexão sobre as práticas de gestão escolar inclusivas em instituições no sul do país. A sexta pesquisa, 'A Formação Inicial do Professor que ensina Matemática nos Anos Iniciais: uma Pesquisa Bibliográfica', de Joel Staub, Regina Maria Pavanello e Renata Camacho Bezerra, apresenta reflexões sobre como o ensino da matemática é explicitado em artigos científicos publicados entre 2016 e 2018 e a questão-problema incide no fato de investigar como o problema do desconhecimento da matemática por parte dos professores dos anos iniciais afeta a aprendizagem das crianças. No sétimo artigo, 'A investigação interdisciplinar em um programa de pós-graduação: o que um corpus de dissertações no sul do Brasil nos diz? (2015-2018)', de Jo Klanovicz, Roseli de Oliveira Machado, Marta Nichele do Amaral e Sttela Maris Nerone Lacerda, explicita-se como a interdisciplinaridade é tratada em Programas de Pós-graduação na região Sul. O estudo analisa mais de uma centena de dissertações para mapear a compreensão formal desse campo científico na pós-graduação.

Diante do exposto, explicita-se que os sete textos publicados no Eixo Políticas Públicas e Formação de Professores trazem temáticas organicamente vinculadas à ementa desse Eixo.

O oitavo artigo, 'Educação ambiental, infância, filosofia e escola: possibilidades de encontros a partir de experiências filosóficas', de Paola Silveira de Oliveira, Paula Corrêa Henning e Gisele Ruiz Silva, traz uma relevante abordagem sobre o ensino da filosofia na educação infantil. Ela criaria a possibilidade de conscientizar a pessoa de ser parte integrante do mundo desde o início da vida escolar e, mais importante, aprender a indagar sobre tudo que a cerca desde a sua entrada na vida coletiva. No artigo nono, 'Educação para a paz e novas tecnologias: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo', Luís Fernando Lopes e André Luiz Moscaleski Cavazzani apresentam uma reflexão sobre a necessidade de as pessoas aprenderem a acreditar e a defender a paz. O estudo explicita que a defesa da paz não é natural para a pessoa, por isso o seu ensino precisa ser parte dos componentes curriculares. O décimo artigo, 'A condenação dos Begardos no Estado e pranto da Igreja de Álvaro Pais (Século XIV)', de Armênia Maria de Souza e Heverton Rodrigues de Oliveira, traz uma reflexão sobre as ações políticas que culminaram na condenação dos Begardos, um grupo de heréticos. Na análise documental, os autores apresentam um diálogo entre história, política, religiosidade e educação, evidenciando como os movimentos heréticos, ao porem em xeque o poder da Igreja, constroem um novo princípio para a formação dos homens.

Com efeito, os três textos que integram o Eixo História e Filosofia da Educação apresentam temáticas vinculadas à temática geral do Eixo, permitindo afirmar que esse conjunto também se articula ao escopo da Revista.

Assim, todos estão convidadas a visitar o site da *Acta Scientiarum. Education*, ler e divulgar o Periódico.

Maringá, 17 de dezembro de 2024

Terezinha Oliveira
Maria Terezinha Bellanda Galluch
Solange Franci Raimundo Yaegashi
Editoras da Revista
Acta Scientiarum. Education